



Contra-COP dos Povos Africanos, em Senegal, reuniu participantes de mais de 20 países

De 7 a 10 de Outubro, o Colectivo Africano para a Justiça Climática realizou a primeira Contra-COP dos Povos Africanos em Saly, no Senegal. Mais de uma centena de participantes, de 21 países, representando movimentos sociais, comunidades de base, mulheres, jovens, organizações da sociedade civil, académicos/as, trabalhadores/as e outras pessoas, juntaram-se ao evento.

Muitas vozes africanas - excluídas da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - foram captadas e legitimadas durante a reunião. Foi “um momento para denunciar o sistema COP, destacar os impactos das alterações climáticas nas comunidades africanas e apresentar soluções alternativas viáveis”, como aponta a sua Declaração (íntegra disponível abaixo).

O evento proporcionou um espaço profícuo para delegados/as discutirem e delinearem estratégias e propostas de acções tangíveis que possam conduzir a soluções climáticas justas em África. Foram discutidos vários temas, desde a soberania alimentar e a luta contra as falsas soluções climáticas, bem como os impactos no ambiente e nas comunidades locais de pesca.

Evelyne Awuor, da Kenyan Peasants League (KPL), membro da LVC SEAf do Quénia, participou na conferência e teve o prazer de partilhar histórias de comunidades onde as mulheres agricultoras não são convidadas para reuniões. “Fiz questão de aparecer e partilhar a sua mensagem, ocupando com força os espaços das quais foram excluídas”, conclui.

A APCC tornou-se uma plataforma para narrar a resiliência e a sobrevivência das comunidades em África e uma grande oportunidade para trocar ideias e sonhos para um futuro melhor para todas as pessoas!

Leia, a seguir, a íntegra da Declaração escrita como resultado final do encontro:

África Unida Contra a Opressão Sistemática e a Injustiça Climática: Declaração dos Povos Africanos sobre a Justiça Climática

De 7 a 10 de Outubro de 2024, o Colectivo Africano para a Justiça Climática realizou a primeira COP do Povo Africano (APCC) em Saly, no Senegal. Participaram mais de uma centena de participantes de movimentos sociais,

comunidades de base, mulheres, jovens, organizações da sociedade civil, académicos/as, trabalhadores/as e outros/as de 21 países.

A APCC reconhece que as vozes africanas foram em grande parte excluídas da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que foi captada pelos estados e empresas do Norte Global que continuam a alimentar as crises climáticas enquanto afirmam falsamente que resolvem as causas das alterações climáticas. A APCC é, por isso, um momento para denunciar o sistema COP, destacar os impactos das alterações climáticas nas comunidades africanas e apresentar soluções alternativas viáveis. Isto é feito através da partilha de conhecimentos e do activismo das comunidades africanas mais vulneráveis na linha da frente da crise climática, especialmente mulheres e jovens, activistas e OSC.

A APCC criou um espaço onde as vozes das comunidades de base e dos activistas foram ouvidas e elogiadas, em contraste com a COP, onde estas vozes são marginalizadas. Os/As delegados/as partilharam as suas histórias sobre os impactos das alterações climáticas - secas, inundações, erosão, quebra de colheitas, ciclones, subida do nível do mar, tempestades de poeira e ameaças aos ecossistemas marinhos e terrestres, agravadas pela apropriação de recursos e terras, e conflitos induzidos pelo clima. Estas resultaram em deslocações, perda de meios de subsistência, perdas e danos relacionados, vitimização, detenções, assédio e até morte de membros da comunidade e activistas que defendem os seus territórios.

Devido à redução dos espaços cívicos em muitos países, a plataforma APCC tornou-se uma plataforma para narrar a resiliência e a sobrevivência da comunidade e a forma como a geopolítica afectou a capacidade de África para responder aos impactos das alterações climáticas. Vários temas foram discutidos.

1. Soberania Alimentar, que destacou a necessidade de reforçar as práticas agroecológicas, a gestão comunitária das florestas e das terras, a pastorícia e as práticas de pesca locais, especialmente para as mulheres que constituem a maioria nas zonas rurais.

2. Transições Justas que questionaram as considerações laborais na soberania energética, a eliminação progressiva rápida, justa e equitativa dos combustíveis fósseis e a mudança do sistema à medida que avançamos em direcção à adopção de energias renováveis e à industrialização verde para o continente africano .

3. Sistemas de Resíduos Zero como uma oportunidade para os governos africanos incorporarem práticas descentralizadas de gestão de resíduos para reduzir as emissões de metano.

4. Financiamento climático com foco na arquitetura financeira necessária para a transição justa, adaptação e mitigação e fundo para perdas e danos. O apelo para garantir que as comunidades mais vulneráveis afetadas pelas alterações climáticas tenham acesso aos fundos.

À luz da próxima COP 2, que terá lugar em Baku, no Azerbaijão, de 11 a 22 de Novembro de 2024, o povo africano está solidário para falar e defender os

direitos de africanos/as a um ambiente seguro que conduza ao crescimento e ao progresso, mesmo face às alterações climáticas.

Um exemplo entre muitos pontos críticos climáticos em África é a região de Saint-Louis e a Langue de Barbarie, no Senegal, que enfrentam desafios ambientais dramáticos: subida do nível do mar, erosão costeira, inundações e salinização das terras agrícolas. O projecto Grand Tortue Ahmeyim (GTA), liderado por empresas transnacionais (TNC), BP e Kosmos Energy, pretende explorar um dos maiores depósitos de gás natural da África Ocidental, localizado na fronteira marítima entre o Senegal e a Mauritânia. Embora o projecto seja apresentado como um veículo para o desenvolvimento económico, na realidade representa uma séria ameaça para as comunidades locais, em particular as comunidades de pescadores artesanais de Saint-Louis.

A pesca artesanal, que é o sustentáculo da economia local, sustenta milhares de famílias e contribui para a soberania alimentar das mulheres, dos povos indígenas e das suas comunidades. No entanto, com a exploração de gás nas águas, estas comunidades piscatórias e a região em geral estão directamente ameaçadas. Os/As pescadores/as tradicionais estão agora interditos e o aumento da poluição resultante das perfurações e das operações sísmicas está a comprometer seriamente a saúde dos ecossistemas marinhos. As águas, a biodiversidade e o património natural estão a ser destruídos em benefício de poucos.

Em resposta às apresentações efetuadas, os/as participantes no APCC 2024 concluíram que a crise climática em África é transversal e voltaram a realçar que os/as africanos/as provocaram contributos mínimos para as emissões que dão origem ao aquecimento global que provoca as alterações climáticas. No entanto, devido às limitadas capacidades de adaptação e mitigação das alterações climáticas, enquanto africanos/as, enfrentamos a maioria dos desafios causados pela crise climática que hoje assola o continente.

Para desmantelar o poder de exploração e a impunidade, o povo africano afirma o seu poder de relegar as narrativas falsas, promovendo soluções africanas através das seguintes declarações, em oposição às imposições lideradas pelo mercado e pelo Norte Global na próxima COP em Baku.

Como Povos de África, declaramos:

- **Justiça Climática Agora:** Exigimos justiça climática para as comunidades do Sul Global que estão no centro da ação climática. As nações do Norte Global que mais contribuíram para a crise climática devem liderar o processo de redução das emissões na fonte e financiar as transições necessárias como pagamento da dívida climática devida ao Sul Global. Denunciamos todas as formas de soluções falsas para as alterações climáticas, como o REDD+, o Net zero e a geoengenharia, que consolidam ainda mais as crises climáticas.
- **Acabar com a extracção de combustíveis fósseis em África AGORA:** Todas as formas de exploração, extracção e produção de combustíveis fósseis em África devem ser imediatamente interrompidas. É altura de dar prioridade a práticas sustentáveis através de energias renováveis centradas nas pessoas, que protejam os nossos ecossistemas e apoiem as

economias locais. As empresas de combustíveis fósseis devem pagar a reabilitação de terras, oceanos e rios degradados resultantes da extracção de hidrocarbonetos.

- Migração e deslocação induzida pelo clima: Com o aumento das crises climáticas, muitos/as africanos/as são forçados a migrar, arriscando as suas vidas em viagens perigosas para o Norte Global ou tornando-se refugiados climáticos em África, levando a inseguranças alimentares, fundiárias e de conflito . Abordar esta questão requer adaptação e construção de resiliência face aos impactos climáticos, tais como secas, inundações, erosão costeira e desertificação, e garantir que as comunidades têm os recursos para permanecerem nas suas terras de origem ou serem realocadas para assentamentos propícios sem destruir os seus meios de subsistência, cultura e língua.
- Dívida climática, reparações e reformas económicas: As reparações climáticas, a remediação e a compensação aos povos afectados de África, juntamente com as reparações coloniais, devem ser pagas às nações africanas e ao Sul Global, reflectindo a escala dos danos causados pelas alterações climáticas e pela exploração histórica. Estas reparações deveriam assumir a forma de subvenções e não de empréstimos que consolidassem ainda mais a dívida. A APCC exige um mecanismo de financiamento global dedicado a perdas e danos, com pelo menos 100 mil milhões de dólares em financiamento novo e adicional por ano até 2030. Este deve ser fornecido pelos países do norte global, que suportam a responsabilidade histórica pelas emissões globais. Os países africanos devem concentrar-se na beneficiação de valor acrescentado e em parcerias estratégicas que elevem a posição de África na cadeia de valor. Existe uma necessidade urgente de uma reforma fiscal estrutural da actual arquitectura financeira que elimine os fluxos financeiros ilícitos e a evasão fiscal por parte das empresas transnacionais (TNC). A APCC opõe-se firmemente à mercantilização das florestas, terras e recursos naturais africanos através do comércio de carbono.
- Reformar as leis fundiárias e promover a soberania alimentar: Os governos africanos devem abraçar a soberania alimentar, dando prioridade às culturas alimentares locais em detrimento das culturas comerciais e promovendo métodos de preservação de sementes que resistam aos OGM. Esta protecção deve incluir políticas vinculativas ratificadas, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais. Há uma necessidade urgente de reavaliar as leis consuetudinárias que capacitam as comunidades locais. As nações africanas necessitam de um mínimo de 15 mil milhões de dólares anuais até 2030 para financiar medidas de adaptação agrícola, e pelo menos 5 mil milhões de dólares por ano devem ser direccionados para práticas agroecológicas.
- Soberania Energética e Democracia para Todos: A transição para as energias renováveis em África deve ser apoiada como uma prioridade antes que África exporte os nossos recursos para a transição do Norte Global. Os projectos de energias renováveis devem ser propriedade social

e beneficiar as mulheres, os jovens indígenas e as comunidades locais antes da indústria. A transição deve ser impulsionada pelas bases, assegurando que as políticas dão prioridade ao bem-estar das pessoas e do ambiente e não aos lucros das empresas.

- Acabar com o colonialismo dos resíduos: África não é um depósito de lixo e nós não somos descartáveis. É, por isso, fundamental para nós, enquanto africanos/as, adaptarmo-nos ao Tratado Global sobre Plásticos, que nos permite abordar a poluição plástica em todo o seu ciclo de vida, desde a extracção até à produção e eliminação.
- Consentimento Livre, Prévio e Informado e Autodeterminação: O direito das mulheres, dos povos indígenas e das suas comunidades ao CLPI precisa ser ratificado e implementado em todos os projectos extractivos. As comunidades devem ter o direito de dizer não ou sim ao desenvolvimento. Se as comunidades disserem que sim, deverão ditar os termos do projecto de uma forma que as beneficie a elas e ao seu ambiente. A compensação deve ser proporcional ao nível de deslocamento e perdas.
- Envolver os impactados e marginalizados na tomada de decisões: Os governos devem desenvolver mecanismos de participação sustentáveis que tragam à mesa política as vozes das mulheres, dos jovens indígenas, das pessoas com deficiência e dos pastores, dos pescadores e dos pequenos produtores de alimentos criar políticas centradas nas pessoas e soluções reais que abordem os efeitos das alterações climáticas. As reivindicações das pessoas impactadas na sua diversidade devem ser ouvidas e respeitadas.
- Desenvolvimento de resiliência em África: Os/As africanos/as devem erguer-se contra a opressão sistemática e a injustiça climática, partilhando as suas competências de resiliência e conhecimentos tradicionais através da narração de histórias, partilha de experiências e aprendizagem e colocar esse conhecimento em prática nas nossas comunidades africanas lideradas por povos indígenas e mulheres. Este conhecimento deve ser respeitado e incorporado noutros sistemas e processos, pois trata-se de conhecimento especializado.

Em conclusão, a COP dos Povos Africanos é realizada porque a COP foi cooptada pelo capitalismo e pelo Norte Global, que continua a replicar as injustiças que causaram a crise climática. Por conseguinte, nós, como Sul Global, e os/as africanos/as em particular, precisamos de liderar acções que remediem as crises climáticas de uma forma justa e holística.